

UNIFACP

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PAULÍNIA

ANAIS DA III JIC

III JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIFACP
RESUMO DAS PESQUISAS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA
EDITAL 2024-2025



SUMÁRIO

Beatriz Aparecida de Freitas

PEDAGOGIA DO FUTEBOL FEMININO PARA ALÉM DO TÉCNICO E
TÁTICO: UM ESTUDO DAS ATLETAS DE PAULÍNIA..... 1

Carla Maria Sia Xavier

OS XENOTRANSPLANTES E OS DIREITOS DOS ANIMAIS 3

Cíntia Stéfani Larissa Oliveira

DOSAGEM DO TEOR DE EUGENOL EM AMOSTRAS COMERCIAIS DO CRAVO-DA-
ÍNDIA E ENSAIO LEISHMANECIDA *IN VITRO* 5

Débora Aparecida Silveira

CIDADANIA E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS: IMPACTOS DA
VULNERABILIDADE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL EM PAULÍNIA/SP 6

Fabiana Marili dos Santos

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA..... 7

Itamar Picinato

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE PAULÍNIA/SP SOBRE A RAIVA E MEDIDAS
ADOTADAS PARA A PREVENÇÃO DA DOENÇA..... 10

Jennyfer Iselina Assencio

CASTRACÃO QUÍMICA: UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DE
REINCIDENTES POR CRIMES DE ESTUPRO NO BRASIL 12

Jéssica Lasmar Rocha

ANÁLISE DOS DIAGNÓSTICOS DE COLONOSCOPIA ENTRE PACIENTES DO
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DA SAÚDE SUPLEMENTAR 13

Jhuly Rebeca Crisostomo De Santana

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DA EQUIPE DE SAÚDE NO CUIDADO PÓS-PARADA
CARDIORRESPIRATÓRIA COM RETORNO DA CIRCULAÇÃO ESPONTÂNEA 14

Laura Peternela Faria

A CULTURA CONTEMPORÂNEA E AS SUAS INFLUÊNCIAS NO COMPORTAMENTO
INFANTIL 16

Lucca Antunes Abrahão de Souza

ANÁLISE RETROSPECTIVA DE DOENÇAS INFECCIOSAS EM CÃES E GATOS
DETECTADAS PELO MÉTODO DE PCR 19

Lucas Frazão Silva

LIMITAÇÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITOS DO FRANQUEADO NO CONTRATO DE FRANQUIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FRANQUIA "CAFÉ DO PONTO" 21

Mariana Puridade Marques Da Silva

O QUE ANDAM FALANDO SOBRE MATERNIDADE: Uma revisão integrativa no campo da psicologia 22

Rosimar Alves Barbosa de Oliveira

DIREITO PENAL E O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO EM CIDADES DO INTERIOR DO BRASIL 26

Thais Firmino Silva

INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NO JULGAMENTO DE CRIMES PELA OPINIÃO PÚBLICA E PELO PODER JUDICIÁRIO 27

Vilma Maria Marcelli

ANÁLISE EVOLUTIVA DOS CRIMES CIBERNÉTICOS E A LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA 29

Vinícius Andrade do Nascimento

PREVALÊNCIA DE DISLIPIDEMIA EM PACIENTES COM SÍNDROME CORONARIANA AGUDA 31

PEDAGOGIA DO FUTEBOL FEMININO PARA ALÉM DO TÉCNICO E TÁTICO: UM ESTUDO DAS ATLETAS DE PAULÍNIA

Beatriz Aparecida de Freitas*

Débora Jaqueline Farias Fabiani**

*Acadêmica do Curso de Bacharelado em Educação Física. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.

**Doutora, Professora e Orientadora do PIC / UNIFACP.

INTRODUÇÃO: Originalmente criado como uma prática da elite inglesa, o futebol foi introduzido no Brasil por volta de 1894 com Charles Miller, mantendo ainda seu caráter excludente. A participação das mulheres foi historicamente limitada por leis que proibiam a prática do futebol e de outros esportes. Mesmo diante de avanços no futebol feminino, meninas e mulheres ainda se deparam com ambientes preconceituosos e pouco incentivo para acesso, engajamento e permanência na prática da modalidade. Desse modo, é fundamental investigar contextos de futebol específicos para meninas, com base na escuta das jogadoras acerca das suas vivências. Por isso, essa pesquisa investigou meninas jogadoras de futebol entre oito e 15 anos, do time da cidade de Paulínia-SP.

OBJETIVO: Compreender os fatores que levam as meninas do time de futebol feminino de Paulínia-SP a praticarem a modalidade. **MÉTODO:** A pesquisa caracteriza-se como um método de natureza qualitativa, descritiva-exploratória (Gil, 2002; 2008) e deu-se em duas etapas: (i) pesquisa bibliográfica e (ii) pesquisa de campo. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UNIFACP, sob o parecer 7.352.790 e CAEE: 85916424.8.0000.0123. Participaram da pesquisa seis meninas entre oito e 15 anos, jogadoras do time de Futebol Feminino da cidade de Paulínia-SP. As entrevistas-conversa (Saramago, 2001) seguiram um roteiro, porém, este era flexível, visto que ocorreram em formato de conversa. As entrevistas-conversa foram gravadas por meio de um celular e transcritas de forma integral pela própria pesquisadora. As crianças escolheram nomes fictícios para identificarem-se na pesquisa. Após a transcrição, as informações foram analisadas pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). **RESULTADOS:** A análise das entrevistas resultou em três categorias: (i) Significados da Prática; (ii) Socialização e Humanização e (iii) Qualidade de Vida e Bem-estar. Cada categoria foi composta por temáticas que emergiram das respostas das meninas entrevistadas. Na categoria “Significados da Prática”, abordamos o que para as meninas representa a prática do futebol feminino, em específico nos treinamentos da escolinha do Paulínia. Baseado no fato de que o estudo busca entender além do técnico e tático, grande parte das atletas

entrevistadas listaram a questão do pertencimento, da experimentação, do errar e acertar, mais acima de tudo, do tentar. Muito foi citado o como elas se sentem confortáveis em poder estar entre meninas, que para muitas, foi uma prática iniciada apenas rodeadas por homens, em times e escolinhas com turmas praticamente compostas por garotos. Serem vistas, ouvidas e prestigiadas, foram marcantes nas falas das meninas. É sobre ter seu lugar, poder ser quem quiser ser, aprender, vivenciar, poder educar e ser educada pela prática e pela pedagogia. Assim nos diz Freire (2003), o esporte é um meio de desenvolvimento integral, favorecendo habilidades individuais, coletivas e cognitivas voltadas à formação cidadã. Na categoria “Socialização e Humanização”, abordamos as meninas como centro, a forma com que o ambiente interfere na vida delas, nas ações, atitudes e valores. A escolinha de futebol do Paulínia possibilita um processo contínuo de aprendizagem. Diferentemente dos treinamentos realizados nas categorias de base masculina por exemplo, onde há turmas organizadas por faixa etária, para as meninas, comumente há uma junção dessas categorias, como ocorre em Paulínia com a turma feminina. Apesar de separarmos as atividades, as meninas entre oito e 17 anos estão juntas. É um aprender desafiador, mas ao mesmo tempo divertido e acolhedor. Para as pequenas, além de terem suas famílias como inspiração, as próprias colegas de equipe as influenciam. Além de ser um excelente meio educativo e social, o futebol é capaz de promover essa inclusão e valores voltados a ele. Por fim, na categoria “Qualidade de Vida e Bem-estar”, buscamos compreender os elementos que a modalidade proporciona a elas e que as fizeram ficar no futebol e não em outros esportes. Apesar de muitas citarem que realizam mais de uma modalidade, o futebol tem se colocado como o principal. O futebol ultrapassa a dimensão técnica e tática, constituindo-se também, como uma ferramenta de desenvolvimento pessoal, social e educativo (Bento, 2004). Sua prática, ao incluir as meninas como protagonistas de suas vidas, potencializa a percepção das barreiras enfrentadas, e busca soluções para esses problemas, onde acima de tudo as encorajamos a se mobilizarem com as novas aderentes a modalidade (Oliver et al., 2009; Sô et al., 2018). **CONCLUSÃO:** O estudo demonstrou que o futebol feminino na escolinha de Paulínia ultrapassa os aspectos técnicos, configurando-se como espaço de pertencimento, aprendizado e emancipação. A prática fortalece a autoestima, autonomia e laços sociais entre as meninas, alinhando-se à visão de Freire (2003) sobre o esporte como instrumento de formação cidadã. Apesar dos avanços, persistem desafios ligados à desigualdade de gênero e à resistência cultural, reforçando a importância de ações inclusivas que valorizem o protagonismo feminino. Assim, o futebol se revela como um meio de promover desenvolvimento integral, bem-estar e transformação social.

DESCRITORES: Jogo; Criança; Meninas

OS XENOTRANSPLANTES E OS DIREITOS DOS ANIMAIS

Nome completo do acadêmico(a): CARLA MARIA SIA XAVIER

Nome completo do orientador(a): ROBERTA CERIOLO SOPHI

INTRODUÇÃO

O sistema jurídico brasileiro é antropocêntrico, ou seja, tem como ponto de referência a proteção jurídica dos interesses dos animais considerados racionais e conscientes, os humanos. Consequentemente, os animais sencientes ficam sujeitos ao predomínio das vontades humanas em detrimento de suas próprias vidas.

Ainda existe muita relutância da sociedade em geral em aceitar que a condição de vulnerabilidade que os outros animais se encontram não legitima o uso destes para suprir objetivos humanos, pelo contrário, institui responsabilidade ao ser mais evoluído de legislar de forma a proteger os interesses dos mais fracos.

No mesmo sentido, a proteção jurídica diferenciada, ancorada nos princípios da dignidade de pessoa humana e da isonomia, direcionada à proteção do interesse do menor de idade, da pessoa com deficiência e do idoso ilustram a defesa dos direitos dos mais vulneráveis. Situação que deveria ser observada em relação aos outros animais.

Logo, seria racional imaginar que conforme a sociedade muda e o direito a acompanha, os animais ganhariam tutela gradativamente, e a agressão física e mental, que permitiu o desenvolvimento da espécie humana, seria cessada. Porém, os humanos passariam a explorar xenotransplantes, sem qualquer respeito a contribuição já feita pelos animais aos humanos.

Os xenotransplantes consistem em um tipo de transplante que utiliza órgão, células ou tecidos de animais e os transplanta em um humano. Essa prática não cria um tecido animal como o observado em carnes de laboratório, ela cria um organismo vivo, um animal com sentimentos, que é geneticamente modificado para aumentar as chances de compatibilidade com o ser humano.

Além disso, as pesquisas realizadas até o momento não obtiveram sucesso e continuam usando vidas inocentes como cobaias em experimentos em que os envolvidos não se importam com o bem-estar dos animais. Os cientistas envolvidos os tratam como se fossem coisas que podem ser utilizadas e descartadas a qualquer momento, sem qualquer tipo de direitos.

Contudo, nada está perdido, a sociedade se conscientiza cada vez mais sobre os direitos dos animais não humanos e é essa a mudança que corresponde com o verdadeiro tratamento humanizado, o respeito, e não, a dominância.

Portanto, os xenotransplantes não deveriam ser considerados como meio de tratamento de condições humanas cuja responsabilidade não é de nenhum ser considerado não racional, mas sim, dos próprios humanos. A solução para o conflito existente é a doutrina filosófica denominada ecocentrismo.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo principal explorar e propor meios alternativos aos xenotransplantes, como a engenharia genética e a medicina preventiva, visando reduzir a dependência de órgãos animais para transplantes humanos. Fundamentado no reconhecimento dos animais como seres sencientes, capazes de sentir dor, prazer e emoções, o estudo destaca sua condição de vulnerabilidade perante o ser humano, que historicamente os explora para fins científicos e médicos.

Diante disso, argumenta-se que o ser humano deve assumir uma responsabilidade ética ampliada, protegendo os animais não apenas de abusos, mas promovendo sua preservação e bem-estar.

Através de uma análise interdisciplinar, envolvendo ética animal, biotecnologia e saúde pública, o trabalho busca demonstrar como alternativas como a edição gênica em humanos ou estratégias preventivas de doenças podem substituir práticas invasivas, alinhando-se a princípios de justiça e sustentabilidade. Por fim, propõe-se um marco regulatório mais rigoroso para a proteção animal, incentivando uma transição para métodos não-exploratórios que respeitem a dignidade dos seres vivos.

MATERIAL e MÉTODOS

Este estudo emprega metodologia qualitativa, baseada em análise documental interpretativa, para investigar alternativas éticas aos xenotransplantes e proteção de animais sencientes.

DESCRITORES: Xenotransplantes; Animais; Direitos; Ecocentrismo.

DOSAGEM DO TEOR DE EUGENOL EM AMOSTRAS COMERCIAIS DO CRAVO-DA-ÍNDIA E ENSAIO LEISHMANECIDA *IN VITRO*

Cíntia Stéfani Larissa Oliveira*

Adriana da Silva Santos de Oliveira**

* Acadêmica do Curso de Farmácia. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.

** Doutora, Orientadora e Docente da UNIFACP.

O cravo-da-índia (*Syzygium aromaticum*) é uma árvore aromática da família Myrtaceae, rica em eugenol (fenilpropanóide), de grande interesse industrial e farmacêutico devido às suas propriedades biológicas, com destaque para estudos do seu potencial efeito leishmanicida. A leishmaniose, por sua vez, é uma doença infecciosa causada por protozoários do gênero *Leishmania*. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi avaliar qualitativamente amostras de diferentes procedências comerciais do cravo-da-índia, visando quantificar o terpeno eugenol e adicionalmente relacionar este constituinte à uma possível ação antiparasitária. As amostras foram extraídas em acetato de etila por maceração dinâmica, e o extrato, seco em rotaevaporador à vácuo. As análises foram realizadas por Cromatografia a Gás acoplada a Detector de Espectrometria de Massa (CG-EM), no modo SCAN para determinação da composição química e modo SIM para quantificação do eugenol. As amostras foram analisadas em triplicata e os resultados avaliados de acordo a composição química e o teor de eugenol. Posteriormente, os extratos obtidos de *S. aromaticum* foram submetidos em ensaios leishmanicida *in vitro* para a espécie *Leishmania amazonensis*. Os compostos majoritários identificados nos extratos foram: eugenol, trans-cariofileno, α -humuleno, acetato de eugenol e óxido de cariofileno. Todas as amostras foram inativas nas menores concentrações avaliadas (6,25, 12,5 e 25 $\mu\text{g/mL}$), no entanto, apresentaram seletividade quando avaliadas nas maiores concentrações (50, 100 e 200 $\mu\text{g/mL}$), com destaque para as amostras A e B, as quais apresentaram redução de 81 e 63% na viabilidade celular dos parasitos na concentração de 200 $\mu\text{g/mL}$. Tal diferença de atividade pode estar associada à maior concentração de acetato de eugenol, o que reflete a boa qualidade da matéria-prima. Apesar dos resultados promissores, faz-se necessária a realização de testes complementares que avaliem o índice de seletividade e a citotoxicidade, visando validar a atividade observada e assegurar sua aplicabilidade biológica. Em conclusão, os resultados obtidos ressaltam que a padronização da matéria-prima e o controle de qualidade são determinantes para garantir a segurança, a eficácia e a viabilidade farmacêutica dos extratos de *S. aromaticum*, especialmente no desenvolvimento de terapias contra doenças negligenciadas.

Palavra – Chave: *Syzygium aromaticum* cravo-da-índia, eugenol, leishmaniose e *L. amazonensis*.

CIDADANIA E SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS: IMPACTOS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL EM PAULÍNIA/SP

Autora: Débora Aparecida Silveira (RA 140673)

Orientadora: Profa. Dra Neyde Lopes De Souza

Curso: Direito – UNIFACP – Paulínia/SP

Objetivo

Analisar os impactos da vulnerabilidade social na saúde mental da população atendida na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Parque da Represa, em Paulínia/SP, considerando o papel do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) na efetivação da cidadania e na proteção social.

Método

Pesquisa descritiva e explicativa, com abordagem documental e bibliográfica. O corpus empírico reuniu registros de atendimentos realizados entre maio/2024 e agosto/2025 na UBS do Parque da Represa, complementados por literatura sobre cidadania, direitos humanos, políticas públicas e saúde mental. Os dados foram tratados por análise qualitativa (categorias temáticas) e análise quantitativa descritiva (frequências/percentuais), com atenção à intersectorialidade (saúde, assistência social, justiça e demais serviços).

Resultados

Foram analisados 294 atendimentos; destacaram-se demandas de saúde mental (28%) e pobreza (22%), além de questões relacionadas a fatores econômicos, migratórios, familiares e de gênero. Observou-se que a vulnerabilidade social intensifica o sofrimento psíquico e restringe o exercício da cidadania. Embora o SGD atue na proteção social, persistem barreiras estruturais e institucionais que limitam a efetividade das políticas públicas, evidenciando a necessidade de respostas intersectoriais e inclusivas.

Conclusão

O fortalecimento da integração entre saúde, assistência social, educação e justiça é indispensável para reduzir desigualdades e promover a cidadania substantiva. Recomenda-se investir em fluxos intersectoriais, capacitação de profissionais e participação social para ampliar a efetividade das políticas públicas em saúde mental no território estudado.

Palavras-chave:

Cidadania; Vulnerabilidade social; Saúde mental; Sistema de Garantia de Direitos; Políticas públicas.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Fabiana Marili dos Santos *

Aline Cristina Ferreira Grego **

*Acadêmica do Curso de Psicologia. . Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.

**Mestre, Professora e Orientadora do do PIC / UNIFACP.

INTRODUÇÃO:

A inclusão escolar tem ganhado destaque nas discussões educacionais contemporâneas, impulsionada por legislações, políticas públicas e movimentos sociais que defendem o direito à educação de qualidade para todos, valorizando a diversidade e os princípios de equidade e justiça social. Apesar dos avanços legais, sua concretização nas escolas ainda enfrenta desafios significativos, como barreiras atitudinais, pedagógicas e estruturais, além da falta de formação continuada dos profissionais da educação.

Nesse contexto, a Psicologia Escolar assume um papel estratégico, atuando não apenas de forma avaliativa, mas também preventiva, institucional e formativa. Por meio da escuta sensível e da mediação de conflitos, o psicólogo escolar pode contribuir para o fortalecimento de práticas inclusivas e para a construção de um ambiente educacional acolhedor e participativo.

A pesquisa se propõe a analisar criticamente como a Psicologia Escolar tem contribuído para a efetivação da inclusão, compreendendo que esta vai além da presença física de estudantes com deficiência, envolvendo o reconhecimento das diferenças e a promoção de aprendizagens significativas. A escolha do tema se justifica por sua relevância social e educacional, ao reforçar o papel transformador da educação e a importância de práticas institucionais comprometidas com uma escola democrática e inclusiva para todos.

OBJETIVOS:

Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa, as contribuições e desafios apresentados na literatura científica sobre a atuação da Psicologia Escolar na promoção da educação inclusiva. Busca-se identificar os referenciais teóricos que sustentam essas discussões, compreender como essa atuação se manifesta nas

práticas inclusivas e reconhecer os principais obstáculos enfrentados pelas instituições na efetivação da inclusão. A relevância do estudo está em seu caráter social e acadêmico, ao promover reflexões sobre equidade, justiça social e o papel transformador da educação, contribuindo para a formação crítica dos profissionais e para o fortalecimento de práticas voltadas à construção de uma escola democrática e inclusiva.

MÉTODO:

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo revisão integrativa, realizada nas bases SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, com seleção de artigos publicados entre 2018 e 2023. Foram considerados trabalhos em português que abordassem diretamente a atuação do psicólogo escolar em contextos de inclusão, totalizando quatro estudos analisados.

RESULTADOS:

A pesquisa consistiu em uma revisão integrativa sobre a atuação da Psicologia Escolar na promoção da educação inclusiva, com o objetivo de identificar suas principais contribuições e desafios. Foram analisados quatro artigos publicados entre 2018 e 2023, selecionados nas bases SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, o que possibilitou um panorama atualizado das práticas e limitações do campo.

Os resultados indicam que a atuação do psicólogo escolar é complexa e requer uma postura crítica e interdisciplinar. Embora haja avanços teóricos e práticos, ainda prevalece uma tendência à manutenção de funções tradicionais, como avaliação diagnóstica e atendimento individualizado, o que limita o potencial transformador da Psicologia Escolar no contexto inclusivo. Em contrapartida, observa-se um movimento de ampliação do papel desse profissional, que passa a atuar como mediador institucional e facilitador de processos de mudança, promovendo o diálogo entre educadores, gestores, estudantes e famílias.

Os estudos destacam também a importância da formação continuada dos professores para o fortalecimento das práticas inclusivas, evidenciando que muitos ainda se sentem despreparados para lidar com a diversidade. Nesse cenário, o psicólogo escolar assume um papel estratégico na promoção de reflexões críticas e no incentivo a práticas pedagógicas mais inclusivas.

Apesar dos avanços, persistem resistências institucionais, como estruturas hierarquizadas, fragmentação das ações e falta de políticas públicas de apoio contínuo, fatores que dificultam a efetivação da inclusão. Assim, o estudo conclui que a inclusão escolar exige

transformações culturais e organizacionais profundas, sustentadas por uma atuação ética, política e humanizadora do psicólogo escolar.

Em síntese, a Psicologia Escolar mostra-se essencial para a construção de uma educação democrática e equitativa, que reconheça as diferenças como potencialidades e promova a formação de uma escola verdadeiramente inclusiva e socialmente justa.

DESCRITORES: Psicologia Escolar. Educação Inclusiva. Inclusão. Prática pedagógica

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE PAULÍNIA/SP SOBRE A RAIVA E MEDIDAS ADOTADAS PARA A PREVENÇÃO DA DOENÇA

Acadêmico: Itamar Picinato

Orientador(A): M.E. Mv. Hugo Leonardo Riani Costa

**Acadêmico(a) do Curso Medicina Veterinária, Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.*

***Doutor (ou Mestre(a)), Professor(a) e orientador(a) do PIC / UNIFACP.*

A raiva é uma zoonose viral de alta letalidade que acomete mamíferos, incluindo humanos, e representa um desafio epidemiológico, especialmente em áreas urbanas e rurais com circulação viral entre morcegos. Apesar de controlada em diversas regiões, a doença ainda preocupa autoridades sanitárias devido à sua capacidade de adaptação e transmissão por diferentes ciclos epidemiológicos. No estado de São Paulo, a suspensão das campanhas públicas de vacinação antirrábica desde 2022 e o surgimento de novos casos em animais de companhia, como o registrado em Paulínia em 2024, reforçam a necessidade de avaliar o conhecimento da população sobre a raiva e suas práticas preventivas.

Foi elaborado um questionário estruturado, aplicado on-line via Google Forms entre julho e agosto de 2025, com o objetivo de levantar dados demográficos, conhecimento sobre a raiva, práticas de vacinação de animais de companhia, observação de morcegos em residências e condutas frente a agressões por mamíferos. A amostra foi composta por 348 residentes de Paulínia/SP.

A maioria dos entrevistados (98,6%) já ouviu falar sobre a raiva, e 91,4% reconhecem que a doença pode acometer humanos. No entanto, apenas 34,8% acreditam que a raiva ocorre em Paulínia, enquanto 46,6% não souberam responder. Cães (96,6%), gatos (62,9%) e morcegos (58,3%) foram apontados como transmissores. A mordedura foi reconhecida como principal forma de transmissão (97,4%), seguida por arranhadura (42,8%) e lambedura (34%).

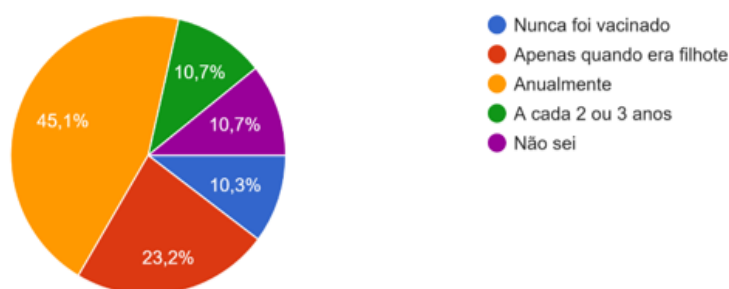
Quanto à prevenção, 93,1% indicaram a vacinação de cães e gatos como medida eficaz, embora muitos tutores vacinem seus animais apenas durante campanhas públicas (23%) ou de forma esporádica (17%). Dos participantes, 64,4% possuem cães e/ou gatos. Dentre esses, 45,5% levam seus animais ao veterinário anualmente, e 46% apenas em casos clínicos. A vacinação anual é realizada por 45,1% dos tutores, enquanto 10,3% nunca vacinaram seus pets. Nos últimos 12 meses, 52,7% afirmaram ter vacinado seus animais.

Sobre a presença de morcegos nas residências, 52,8% relataram já ter observado esses animais. Frente à presença de um morcego caído, 47,1% acionariam o serviço de zoonoses,

enquanto 18,7% não faziam nada. Em casos de mordedura, 94,8% procurariam atendimento médico e 53,2% lavariam o ferimento com água e sabão.

A pesquisa revelou que, embora a população reconheça a raiva como uma zoonose grave, há lacunas na adoção de práticas preventivas regulares. A vacinação anual de animais de companhia ainda não é amplamente praticada, e o manejo frente à presença de morcegos ou agressões por mamíferos demonstra fragilidades na vigilância epidemiológica. Os dados obtidos contribuem para o fortalecimento da educação em saúde, da medicina veterinária preventiva e da formulação de políticas públicas locais voltadas à prevenção da raiva e à proteção da saúde coletiva.

5.1. Gráfico 1 – Com qual frequência o seu animal é vacinado contra a raiva (vacina antirrábica)?



BIBLIOGRAFIA

- CERQUEIRA, T. B. et al. CERQUEIRA, T. B.; RAMOS, R. A. N.; SANTOS, M. A. Situação epidemiológica da raiva no Brasil: avanços e desafios. *Arquivos do Instituto Biológico*, v. 90, n. 1, p. 1–10, 2023.
- MORANDI, M. A.; GOMES, M. N. MORANDI, M. A.; GOMES, M. N. Ciclos epidemiológicos da raiva: uma revisão. *Revista Científica de Medicina Veterinária*, v. 18, n. 1, p. 45–52, 2020.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. Casos de raiva em animais de companhia no estado de São Paulo: boletim epidemiológico. São Paulo, 2024.

CASTRAÇÃO QUÍMICA: UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DE REINCIDENTES POR CRIMES DE ESTUPRO NO BRASIL.

Jennyfer Iselina Assencio*

Roberto José Daher**

*Acadêmica do Curso de Direito e bolsista do PIC / UNIFACP – Centro Universitário de Paulínia.

**Coordenador, Professora e Orientadora do PIC / UNIFACP.

INTRODUÇÃO: Tendo em vista a persistente taxa de reincidência nos casos de violência sexual no Brasil, este estudo propõe a análise da terapia hormonal como uma estratégia duplamente eficaz: terapêutica e de ressocialização. Essa metodologia não se limita a ser uma punição, mas busca a supressão temporária dos impulsos sexuais do indivíduo através da administração de inibidores. O objetivo é diminuir temporariamente a libido, oferecendo, assim, um caminho promissor para a redução dos índices de criminalidade, o reforço da segurança pública e, simultaneamente, para o sucesso da reintegração do apenado à vida em sociedade. **OBJETIVO:** Apresentar uma possível solução de diminuir o índice de reincidência por este crime. **MATERIAL e MÉTODOS:** Trata-se de um estudo realizado mediante pesquisa. **DISCUSSÕES:** O maior obstáculo seria a imposição ou obrigação de fazer, que não é o caso, aqui colocamos em pauta como uma possibilidade de aceitação e adaptação. **CONCLUSÃO:** É inegável a necessidade de reexaminar as estratégias penais brasileiras devido à persistente e elevada reincidência em crimes de violência sexual. O confinamento em prisões têm se provado insuficiente para lidar com essa criminalidade, sobretudo em casos de psicopatia ou distúrbios de personalidade. Portanto, é crucial implementar, com urgência, medidas adicionais e criativas que modernizem o sistema, superando sua dependência exclusiva da punição.

REFERÊNCIAS

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral. 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.
- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- GOMES, Luiz Flávio. Direito Penal: Parte Geral. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 16. ed. Niterói: Impetus, 2019.
- MASCARENHAS, André. A castração química como medida de segurança: uma análise comparativa. Revista Brasileira de Ciências Criminais, [São Paulo], v. 29, n. 165, p. 235-250, 2021.
- NUÑEZ, J. M. A castração química como alternativa à reincidência em crimes sexuais. Revista de Direito Penal e Criminologia, [Rio de Janeiro], v. 18, n. 2, p. 112-128, 2018.
- ROSA, Alexandre Moraes da. Guia Compacto de Direito Penal: Parte Geral. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 12. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito

ANÁLISE DOS DIAGNÓSTICOS DE COLONOSCOPIA ENTRE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DA SAÚDE SUPLEMENTAR

Jéssica Lasmar Rocha – Acadêmica do Curso de Enfermagem da UNIFACP. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.

Prof. Dr. Cristiano Jose Mendes Pinto – Orientador e Docente Curso de Enfermagem da UNIFACP.

INTRODUÇÃO: Apesar dos avanços proporcionados pela inclusão da colonoscopia no Sistema Único de Saúde (SUS), há evidências de desigualdades no acesso, tempo de espera e qualidade do exame em comparação ao sistema de sistema suplementar (Augusto et al., 2022; Schroeder & Moreira, 2023). A influência dos fatores socioeconômicos sobre o acesso e os resultados diagnósticos também merece atenção, e podem estar relacionados a maior prevalência de câncer e lesões precursoras em doenças no intestino (Souza et al., 2023). **OBJETIVO:** Comparar os resultados dos diagnósticos de colonoscopia entre pacientes atendidos pelo SUS e pela SS, identificando e quantificando a ocorrência de câncer e lesões precursoras em cada sistema de atendimento. **MÉTODO:** Trata-se de estudo observacional, retrospectivo e quantitativo. A amostra será composta por todos os pacientes que realizaram colonoscopia no ano de 2024 em uma clínica médica que atende pacientes de convênio e SUS, com idade entre 40 a 60 anos, na cidade de Paulínia-SP. Para a coleta de dados serão utilizados os laudos médicos das colonoscopias, que estão arquivados nos computadores da Clínica que realiza os exames, e a pesquisadora fará o registro de cada resultado de exame em Planilha do software Excel®, e as análises estatísticas serão realizadas com o software SPSS®. A pesquisa não usa termo de consentimento livre e esclarecido, pois para a coleta de dados será feita a análise dos laudos médicos das colonoscopias dos pacientes, portanto, não haverá contato com os participantes do estudo. Todos os dados serão anonimizados, armazenados em arquivo e ambiente seguro, com senha, e acessíveis apenas à equipe de pesquisa, em conformidade com a Lei de Proteção de Dados (LGPD), sendo garantido o anonimato da instituição de saúde e dos participantes da pesquisa, e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFACP, parecer 7.832.339. **CONCLUSÃO:** A previsão de conclusão da coleta de dados em 30 dias não foi possível, esta etapa foi iniciada em novembro de 2025, e está prevista para terminar em fevereiro de 2026, com término da pesquisa em julho de 2026.

Descritores: Câncer; Colonoscopia; Pólipos intestinais; Saúde Suplementar; Sistema Único de Saúde.

Referências:

Augusto LBX, Avelar MSS, Rocha LLV, Miranda LHD. Impacto da introdução da colonoscopia no SUS na mortalidade por câncer colorretal. *Braz J Health Rev.* 2022;5(1):3365-81.
Schroeder B, Moreira TS. Diferenças na realização de exames diagnósticos entre sistemas público e privado de saúde: uma revisão sistemática. *Rev Bras Saúde Pública.* 2023;38(4):211-219.
Souza DC, et al. Comparação da qualidade da colonoscopia no SUS e em sistemas privados de saúde. *J Coloproctology.* 2023;42(3):1-8.

COMPETÊNCIAS TÉCNICAS DA EQUIPE DE SAÚDE NO CUIDADO PÓS-PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA COM RETORNO DA CIRCULAÇÃO ESPONTÂNEA

Jhuly Rebeca Crisostomo De Santana*

Renato Trevizan Pastore**

*Acadêmica do Curso Enfermagem. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP

**Mestre, Professor e Orientador do PIC / UNIFACP

INTRODUÇÃO: Após o retorno da circulação espontânea (RCE), definido por contrações miocárdicas capazes de gerar pulso por tempo superior a 20 minutos após finalizada a ressuscitação cardiopulmonar (RCP), inicia-se uma síndrome clínica grave, responsável por cerca de 50 a 70% das mortes nas primeiras 24 a 48 horas após a parada cardiorrespiratória (PCR). A abordagem adequada no manejo pós-PCR é essencial para a prevenção dessa síndrome. Diante disso, a *American Heart Association* (AHA) publicou diretrizes para o manejo pós-PCR, que incluem estabilização inicial, manejo de vias aéreas, controle hemodinâmico, de temperatura, e avaliação neurológica. **OBJETIVO:** Analisar a adesão da equipe multiprofissional (médicos, enfermeiros e técnicos) às diretrizes da AHA 2020, atualizada em 2023, para cuidados pós-RCE, verificando a eficácia dessas orientações e o impacto do treinamento profissional na melhoria dos desfechos dos pacientes. **MÉTODO:** Este estudo quali-quantitativo, transversal e analítico, foi realizado entre julho e setembro de 2025, no Hospital Municipal de Paulínia. A coleta de dados foi realizada com 28 profissionais (3 médicos, 20 enfermeiros e 5 técnicos/auxiliares de enfermagem) que trabalham na sala de Emergência do Pronto Socorro e na Unidade de Terapia Intensiva Adulto do hospital. Os participantes receberam um folder didático com as diretrizes da AHA 2020 com atualizações de 2023, fundamentadas em pesquisas publicadas em base de dados como PUBMED, LILACS e GOOGLE ACADÊMICO, seguido da aplicação de um questionário, modelo de escala *Likert*, aplicado via Google Forms. A tabulação e análise dos dados foram processadas em planilha Google Sheets 2025. **RESULTADOS:** A principal limitação do estudo foi a baixa adesão dos profissionais, resultando em uma taxa de participação de apenas 33%. O estudo evidenciou que as equipes demonstraram conhecimento satisfatório em relação a oxigenação (92,9% de concordância com o alvo de 92-98% de SAT) e controle hemodinâmico (89,3% de concordância com a importância de líquidos intravenosos). No entanto, foram identificadas lacunas relacionadas ao manejo da temperatura e à avaliação neuroprognóstica. Cerca de 46,5% dos

profissionais concordam com a temperatura-alvo de 32-34°C, 32,1% apresentaram divergência sobre a avaliação neurológica em 24 horas e apenas 57,1% discordaram da afirmação de que a ventilação mecânica deve ser ajustada visando preferencialmente à hipercapnia. A análise qualitativa revelou que as equipes reconhecem a insuficiência da monitorização básica e a necessidade de uma abordagem mais abrangente, além de destacar que 96,5% dos profissionais frisaram a necessidade e concordaram que a capacitação técnica contínua influencia diretamente os desfechos clínicos dos pacientes. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, apesar de a equipe multiprofissional possuir conhecimento adequado sobre alguns aspectos do manejo pós-RCE, ainda há necessidade de educação permanente, principalmente em relação ao manejo de temperatura, reabilitação e avaliação neuroprognóstica. A baixa adesão dos participantes foi a principal limitação, comprometendo a representatividade da amostra. Sugere-se que futuras pesquisas ampliem o número de instituições e profissionais e avaliem o impacto de treinamentos práticos para aprimorar a assistência e os resultados clínicos.

DESCRITORES: American Heart Association; Competência técnica; Protocolos de atendimento.

A CULTURA CONTEMPORÂNEA E AS SUAS INFLUÊNCIAS NO COMPORTAMENTO INFANTIL

LAURA PETERNELA FARIA*

NEYDE LOPES DE SOUZA**

*Acadêmico do Curso de Pedagogia. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIC/UNIFACP.

**Doutora, Professora e Orientadora do PIC/ UNIFACP.

O estudo “A Cultura Contemporânea e suas influências no comportamento infantil” teve como intenção investigar as transformações na infância contemporânea, com foco nas influências da sociedade líquida e pós-moderna, proposta pelo teórico Bauman, na construção e hábitos desse período da vida.

Assim, sabe-se que a fase da infância na contemporaneidade se difere do conceito de criança do passado, no caso, analisado por Ariès, em que os pequenos eram desconsiderados, ou mesmo, vistos como adultos em miniatura. Fica claro, que a formulação do conceito infância se deve a uma construção sócio-histórica, ou seja, a visão que se tem dessa fase se transforma ao longo do tempo e de acordo com a sociedade e cultura em que a criança está inserida.

Até o século XII, as crianças quase não apareciam nas representações iconográficas. Já no século XIII, as crianças passaram a ser mais representadas, e o sentimento atribuído às imagens ficou mais próximo do sentimento contemporâneo. Imagens de rapazes mais jovens, na figura de anjos com traços redondos e graciosos, se tornaram frequentes no século XIV. Os bebês foram bastante representados pela figura do menino Jesus. A princípio as imagens não tinham muitas formas e nem os traços peculiares das crianças. A única diferença em relação ao adulto era o seu tamanho reduzido. À medida que foi aumentando a sua representatividade no dia a dia, as imagens foram ficando mais realistas e sentimentais, inspirando muitas cenas familiares. (COSTA E MAHAL, 2020, parág. 7-8)

Na contemporaneidade, a realidade a qual a infância está inserida, sem generalizações, se faz envolta por aceleradas transformações e atualizações tecnológicas, a unificação de duas dimensões, a física e a digital. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi o de investigar e relatar os aspectos que

configuram essa infância pós-moderna, mas especificamente verificar as influências da cultura do consumo e de massa no cotidiano das crianças.

Diante disso, o estudo se deu através de uma abordagem híbrida, combinando análise bibliográfica de autores ligados à infância contemporânea, à sociedade pós-moderna e por meio de uma pesquisa de levantamento, de caráter dialético e exploratório, em que foi aplicado um questionário eletrônico qualiquantitativo de 23 perguntas a dez responsáveis por crianças ou adolescentes. O questionário buscou traçar o perfil dos pequenos, avaliar hábitos de consumo, uso de telas e coletar opiniões dos responsáveis sobre a escola na contemporaneidade.

Os resultados indicam que cerca de 70% das crianças passam mais de uma hora por dia em telas, ainda assim, a maioria dos responsáveis (80%) costuma supervisionar o conteúdo acessado pelos filhos. O consumismo infantil é visto pelos entrevistados como negativo, podendo estar associado a frustração, competição e interferências na autoestima, sendo que 90% apontam que as influências de compras surgem em redes sociais ou através de influenciadores digitais.

É observável que esse “tempo líquido” ou “tempo das incertezas”, como caracteriza o autor, exerce influência constante sobre a infância contemporânea, estimulando o descarte, o consumo excessivo, levando a criança como “modelo” ou atrativo para chamar novos compradores e consumidores, visando à preocupação com coisas supérfluas, modo de ser e estar, deixando para trás a real preocupação com a existência, com o desenvolvimento infantil. (KAIZER E CONRATH, p. 130, 2018)

O hábito de expor crianças nas redes (shatering) é visto como gerador de consequências como a perda da infância e o encurtamento da maturidade. Além disso, o brincar sendo substituído pelo uso de telas, também observado pelos participantes como um dos causadores de prejuízos emocionais, como aumento da ansiedade e depressão. As famílias apontam que o diálogo, a união familiar e o incentivo a atividades livres, são cruciais para a preservação de uma infância saudável.

Nas últimas décadas, a transformação das interações sociais promovida pela internet e pelas redes sociais tem acelerado fenômenos que desafiam concepções clássicas de infância. A chamada adultização precoce, entendida como o processo pelo qual crianças incorporam práticas, comportamentos e estéticas tipicamente adultas, é amplificada no ambiente digital[...] Crianças expostas a conteúdos e comportamentos adultos reproduzem práticas de autopromoção, performance e consumo, que são impulsionadas pelos algoritmos das plataformas digitais. (LIMA, p. 322, 326, 2025)

Em análise final, vale enfatizar que o acesso à tecnologia, embora positivo, o que inclui maior acesso à informação e velocidade de aprendizado, não substitui a importância das interações sociais, das atividades físicas, do brincar e se faz essencial a supervisão e mediação parental para o uso seguro e saudável da tecnologia pelas crianças.

Acredita-se que o brincar permite que a criança se expanda em várias dimensões. Além de despertar sua curiosidade, segurança e autonomia, o brincar também amplia sua linguagem, concentração e cautela. O aspecto lúdico contribui para que a criança se torne um adulto competente e equilibrado. Além disso, as crianças estudam com mais afinco quando o conteúdo é apresentado por meio de atividades lúdicas. (OLIVEIRA, p. 3, 2023)

A escola desempenha um papel crucial e 70% dos responsáveis concordam que a instituição escolar deva ensinar sobre o uso consciente das mídias, utilizar formas de ensino mistas (tradicionais e interativas). Por fim, a parceria entre família e escola para formar indivíduos críticos e conscientes se faz essencial, na busca pelo equilíbrio que permitam as crianças aproveitarem os benefícios da tecnologia, preservando seus direitos e as experiências significativas dessa fase.

DESCRIPTORES: Infância contemporânea, Sociedade Líquida, Cultura de Consumo, Mídias Digitais, Mediação Parental.

REFERÊNCIAS

COSTA, Lidiane Natalicia. MAHL, Marcelo Lapuente. O sentimento de infância na perspectiva de Philippe Ariès. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 03, Vol. 08, pp. 31-36. Março de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/sentimento-de-infancia>

KAIZER, Daiane Machado; KONRATH, Raquel Dilly. *Diálogos: reflexões sobre a concepção de infância na contemporaneidade*. Revista Acadêmica Licenciaturas, v. 6, n. 1, p. 130–145, jan./jun. 2018.

LIMA, Reginaldo Soares de Sousa. Vulnerabilidade digital e riscos da adultização de menores em plataformas de mídia social. Periódicos Brasil: Pesquisa Científica, v. 4, n. 2, p. 321–331, 2025. Disponível em: <https://periodicosbrasil.com>. Acesso em: 27 out. 2025.

OLIVEIRA, Geovanna Maria Aparecida Silva. O jogo e a educação infantil na perspectiva de Tizuko Kishimoto. Orientador: Alexandre Filordi de Carvalho. 2023. Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG. Disponível em: https://sip.prg.ufla.br/arquivos/php/bibliotecas/repositorio/download_documento/baixar_por_anose_mestre_matricula.php?arquivo=20231_201910641. Acesso em: 2 out. 2025.

ANÁLISE RETROSPECTIVA DE DOENÇAS INFECCIOSAS EM CÃES E GATOS DETECTADAS PELO MÉTODO DE PCR

Acadêmico - Lucca Antunes Abrahão de Souza*

Orientador(a) - Hugo Leonardo Riani Costa**

Coorientador(a) - Carla Cristina Machado Riani Costa**

*Acadêmico(a) do Curso Medicina Veterinária, Participante do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.

**Mestre(a), Professor(a) e Orientador(a) do PIC/UNIFACP

INTRODUÇÃO: As doenças infecciosas em cães e gatos representam um desafio importante para a saúde animal e possuem impacto direto na saúde pública, dentro do conceito de “One Health”. A escassez de dados regionais dificulta a elaboração de medidas profiláticas e terapêuticas adequadas em nível municipal. Assim, o levantamento de parasitos em cães e gatos no município de Campinas é fundamental para compreender o cenário epidemiológico local e fornecer subsídios que possam auxiliar tanto os tutores quanto os profissionais de saúde animal.

OBJETIVOS: Caracterizar a ocorrência de parasitos em cães e gatos no município de Campinas, buscando contribuir para a saúde animal e a saúde pública. Especificamente, pretende-se traçar o perfil das amostras analisadas (espécie, raça, sexo e idade), identificar os principais agentes infecciosos detectados, verificar a ocorrência de infecções múltiplas, avaliar a frequência de cada parasito e, por fim, fornecer subsídios que possam auxiliar profissionais e tutores na adoção de medidas profiláticas e terapêuticas mais eficazes.

MATERIAL E MÉTODOS: Foram analisadas 1000 amostras de cães e gatos do município de Campinas, coletadas entre os anos de 2019 e 2023. Os pacientes apresentavam diferentes raças, sexos e idades. O método diagnóstico utilizado foi a Reação em Cadeia da Polimerase (PCR – Polymerase Chain Reaction). Os resultados obtidos foram organizados e avaliados de forma descritiva, possibilitando a identificação da frequência e do perfil dos parasitos encontrados.

RESULTADOS: Das 1.000 amostras, 37,7% testaram positivo para doenças infecciosas. Em cães, *Ehrlichia spp.* foi a mais prevalente (28,25%), seguida de *Anaplasma spp.* (11,36%) e Cinomose (7,79%). Em gatos, destacou-se o Coronavírus felino (21,74%), seguido de FeLV e Panleucopenia (11,59% cada). A taxa de coinfeção foi de 37,09%, com maior ocorrência de

Ehrlichia/Anaplasma em cães (32,79%) e FIV/FelV em gatos (4,35%). Houve predominância de fêmeas infectadas, cães de raça definida e gatos sem raça definida, com maior ocorrência em animais de 5 a 10 anos (cães) e de 0 a 5 anos (gatos). Observou-se aumento da frequência das enfermidades ao longo do tempo, possivelmente relacionado a fatores sazonais e ambientais.

CONCLUSÃO: O estudo identificou variações regionais nas taxas de doenças infecciosas em cães e gatos. Em cães, *Ehrlichia spp.* foi o agente mais prevalente, seguida por *Anaplasma spp.* e CDV. Em gatos, destacou-se o FCoV, seguido por FelV e FPV. As altas taxas, especialmente de *Ehrlichia spp.* e de coinfeções, reforçam a necessidade de prevenção e diagnóstico precoce. Por se basear em dados de um laboratório particular, os resultados podem refletir diferenças socioeconômicas e sanitárias. O conhecimento desses agentes regionais é essencial para orientar estratégias de prevenção, controle vetorial e protocolos diagnósticos, além de incentivar o uso de painéis amplos e a conscientização dos tutores sobre o manejo sanitário adequado.

DESCRITORES: Doenças Infecciosas, PCR, Cães, Gatos

LIMITAÇÃO DO EXERCÍCIO DE DIREITOS DO FRANQUEADO NO CONTRATO DE FRANQUIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA FRANQUIA "CAFÉ DO PONTO"

Acadêmico: Lucas Frazão Silva

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Giovanettia

Introdução

O franqueado, na expectativa de ganhos futuros com seu investimento, diante do franqueador (ou de seu preposto), se compromete em cumprir obrigações diversas como pagamentos, exclusividade e demais regras de conduta que, se obedecidas, garantem o fornecimento de insumos da marca ali assumida como parceira. O franqueador, procurando preservar seus negócios, determina uma série de condições que naquele momento a outra parte tem pouco ou nenhum meio de compreender de fato os limites do que de fato está se comprometendo.

Objetivos

- delimitar os principais problemas localizados em contratos de franquia sob ponto de vista do franqueado;
- analisar o contrato de franquia em suas cláusulas supostamente abusivas;
- propor algumas alterações contratuais que visem dar maior proteção ao franqueado.

Material e Métodos

Pesquisa Bibliográfica. Artigos científicos. Legislação sobre o tema. Jurisprudência.

Resultados e Discussão

A rigidez das relações contratuais da franquia, a sobredeterminação de uma parte (franqueador) sobre a outra (franqueado) é análoga à relação fornecedor-consumidor, o que força uma interpretação mais ampla da relação obrigacional na franquia. No art. 29 do CDC diz ...”equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas”. A habitualidade no fornecimento de produtos e serviços da franqueadora ao franqueado de forma exclusiva e obrigacional, molda o franqueado, por equiparação, a condição de consumidor por equiparação.

Conclusão

O contrato entre partes é um instituto que visa estabelecer regras civilizatórias entre pessoas – físicas ou jurídicas – de forma que a relação econômica fique estabelecida resguardando o interesse dos participantes de maneira igualitária. O que se pretendeu com esta análise foi discutir a eficácia econômica e financeira de uma relação contratual que, mesmo cumprida, pode tornar o negócio desinteressante para uma das partes, principalmente pelo contratado, pois a imposição contratual pode funcionar como desestímulo ao empresariamento ao longo do tempo.

Palavras-chave: franquia; contratos; negócio

O QUE ANDAM FALANDO SOBRE MATERNIDADE. **Uma revisão integrativa no campo da psicologia.**

MARIANA PURIDADE MARQUES DA SILVA*
CARLOS DEL NEGRO VISINTIN**

**Acadêmico(a) do Curso de Psicologia.*

Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.

***Doutor, Professor e Orientador do PIC / UNIFACP.*

INTRODUÇÃO

O estudo "O que andam falando sobre a maternidade: uma revisão integrativa no campo da Psicologia" é resultado da pesquisa de Iniciação Científica da autora, com orientação do professor Carlos Del Negro do curso de Psicologia da UNIFACP. A pesquisa foi iniciada em Outubro de 2024 e encontra-se em processo de finalização do artigo científico onde serão apresentados as conclusões finais dos resultados deste estudo.

Neste relatório final serão apresentados os principais aspectos explorados em cada etapa, assim como os resultados parciais obtidos durante o trabalho da pesquisa. Serão detalhados o mapeamento das revistas científicas, o levantamento e a análise das publicações selecionadas, e as categorias temáticas identificadas nos artigos.

Considera-se que o tema da pesquisa, debates atuais sobre maternidade no campo da Psicologia, é relevante para uma Iniciação Científica por possibilitar a investigação de questões centrais sobre subjetividade, identidade feminina e saúde mental materna. Além disso, permite identificar tendências teóricas e lacunas na literatura recente, contribuindo para a construção do conhecimento científico, como possibilitar melhor apreensão das áreas, abordagens e desdobramentos temáticos mais recorrentes atualmente.

O tema maternidade tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, sendo compreendida não apenas como um fenômeno biológico, mas também como uma construção social, cultural e histórica.

No campo da Psicologia, diferentes abordagens teóricas têm explorado suas múltiplas dimensões, como a experiência subjetiva das mães, a relação entre maternidade e identidade feminina, os impactos do trabalho e da saúde mental, e as normas sociais que atravessam o cuidado materno. Pesquisas recentes (Pimenta & Serralha, 2023; Benevides & Boris, 2020) evidenciam que a maternidade contemporânea é marcada por tensões entre expectativas sociais, pressões culturais e experiências individuais, sendo percebida como um fenômeno plural e relacional.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender como a temática da maternidade vem sendo abordada em produções recentes do campo da Psicologia, identificando as principais tendências teóricas, enfoques temáticos e discussões conceituais contemporâneas sobre o tema. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, permitindo mapear o estado da arte e apontar lacunas para futuras investigações.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Etapas da pesquisa

Etapas 1 - Mapeamento das Revistas Científicas

Com objetivo inicial de mapear e delimitar o campo de publicações relevantes para o tema investigado, na primeira etapa da pesquisa, foi realizado um breve levantamento dos periódicos acadêmicos seguindo os seguintes critérios norteadores: 1) serem da área específica de Psicologia; 2) revistas que aceitem revisões de literatura para publicação e 3) sejam classificadas, preferencialmente, como B1, A2 ou A1 quanto ao seu fator de impacto. Foram identificadas inicialmente, 35 (trinta e cinco) periódicos científicos que atendiam ao critério: ser da área específica de Psicologia (Apêndice 1 - Lista Geral de Revistas).

Do levantamento realizado, foram selecionadas 10 (dez) periódicos científicos que atendiam a todos os critérios, conforme tabela abaixo:

Revista	Qualis CAPES	Instituição	Acesso	Periodicidade	Foco Temático	Link
Analytica: Revista de Psicanálise (UFSJ)	B1 (Psicologia)	UFSJ	Aberto gratuito	Semestral	Produções teóricas e empíricas no campo psicanalítico e interfaces com outras áreas	https://seer.ufsj.edu.br/index.php/analytica
Estilos da Clínica	A2 (Psicologia)	USP	Aberto gratuito	Quadrimestral	Enfoque interdisciplinar em Psicanálise, com ênfase na infância e subjetividade	Estilos da Clínica
Psicologia: Ciência e Profissão	A2 (Psicologia)	CFP	Aberto gratuito	Trimestral	Questões atuais da Psicologia em diferentes contextos de atuação profissional	Psicologia: Ciência e Profissão
Psicologia em Revista	B1 (Psicologia)	PUC-Minas	Aberto gratuito	Quadrimestral	Produções científicas sobre Psicologia e sociedade	Psicologia em Revista
Revista Psicologia: Teoria e Prática	A2 (Psicologia)	Mackenzie	Aberto gratuito	Quadrimestral	Temas contemporâneos em Psicologia, com enfoque teórico e prático	Revista Psicologia: Teoria e Prática
Psicologia: Teoria e Pesquisa (UNB)	A1 (Psicologia)	UNB	Aberto gratuito	Quadrimestral	Pesquisas teóricas e empíricas de diversas abordagens da Psicologia	Psicologia: Teoria e Pesquisa (UNB)
Revista Subjetividades (UNIFO)	B1 (Psicologia)	UNIFO	Aberto gratuito	Quadrimestral	Psicologia, subjetividade e cultura	Revista Subjetividades
Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)	A1 (Psicologia)	PUC-Campinas	Aberto gratuito	Semestral	Psicologia e suas diversas vertentes, com foco teórico e empírico	Estudos de Psicologia (PUC-Campinas)
Revista Psicologia da Educação (PUC-SP)	B1 (Psicologia)	PUC-SP	Aberto gratuito	Semestral	Educação e Psicologia, com ênfase no contexto educacional	Submissões Psicologia da Educação
Estudos de Psicologia (UFRN)	A1 (Psicologia)	UFRN	Aberto gratuito	Quadrimestral	Psicologia em várias áreas, com foco teórico e empírico	Estudos de Psicologia (Natal)

Etapa 2 - Levantamento das publicações

Buscando responder aos objetivos desta pesquisa, foi realizado o levantamento de artigos nas bases científicas da LILACS e PEPSIC.

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados PEPSIC e LILACS, com o uso dos descritores “*maternidade*” e “*psicologia*”, combinados pelo operador booleano AND. Foram considerados artigos publicados entre 2019 e 2024, disponíveis na íntegra e em língua portuguesa. Foram excluídas revisões de literatura, dissertações, capítulos de livros e produções de outras áreas do conhecimento.

Foram identificados 225 artigos nas bases pesquisadas que atenderam aos critérios de inclusão, a saber: Para o levantamento dos artigos foram considerados os seguintes critérios de seleção: a) artigos publicados no período entre 2020 - 2025; b) explícita definição da abordagem psicológica; c) disponibilizados on-line gratuitamente; d) disponibilizados na íntegra; e) artigos publicados em língua portuguesa.

Como critérios de exclusão foram considerados: a) revisões de literatura; b) trabalhos de conclusão de curso, dissertações, anais, capítulos de livros ou livros, resumos; c) artigos publicados fora do período considerado; d) artigos de outras áreas do conhecimento.

Para seleção do material, após aplicação dos critérios apresentados e identificação dos artigos, foi realizada a leitura dos resumos na íntegra e tabulados conforme as seguintes categorias: a) título; b) autores; c) ano de publicação; d) base de dados; e) revista científica; f) área da psicologia; g) abordagem; h) palavras-chaves; i) objetivo do estudo; j) tema; l) principais resultados.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, e da leitura dos resumos na íntegra, os artigos selecionados foram tabulados conforme categorias previamente definidas, incluindo título, autores, ano de publicação, base de dados, revista científica, área da Psicologia, abordagem teórica, palavras-chave, objetivo do estudo, tema central e principais resultados. Essa sistematização permitiu organizar o material de forma clara e consistente, garantindo a análise detalhada das publicações e facilitando a identificação de padrões, tendências e lacunas na produção científica sobre maternidade no campo da Psicologia.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e leitura dos resumos, os estudos foram sistematizados em planilha de análise, contendo as categorias: ano de publicação, base de dados, revista científica, área da Psicologia, abordagem teórica, tema central, palavras-chave e principais resultados. A análise de conteúdo (Bardin, 2016) foi utilizada para identificar padrões e recorrências entre os artigos selecionados.

RESULTADOS

Foram identificados 225 artigos nas bases pesquisadas que atenderam aos critérios de inclusão. Observou-se uma predominância de publicações nas áreas de Psicologia Social e Psicanálise (Silva, 2020; Souza & Lima, 2019; Carvalho et al., 2018). As abordagens mais recorrentes destacaram temas como maternidade contemporânea (Carvalho, 2021; Mendes, 2022; Almeida & Costa, 2020), culpabilidade materna (Oliveira, 2020; Santos, 2019), relações entre maternidade e trabalho (Santos et al., 2021; Ferreira, 2020), saúde mental de mães (Ferreira & Almeida, 2021; Rocha, 2019) e identidade feminina (Costa, 2019; Martins, 2020).

Os estudos também evidenciaram um movimento teórico de desnaturalização da maternidade, reconhecendo-a como uma construção psicossocial, simbólica e cultural, fortemente atravessada por questões de gênero, classe e raça (Freitas, 2020; Rodrigues, 2021; Pereira & Gomes, 2019). Ainda que minoritários, alguns trabalhos abordaram perspectivas interseccionais, incluindo experiências de mães adolescentes, mães PCD, mães em contexto de infertilidade ou reprodução assistida, e mães de filhos neurodivergentes, ressaltando a necessidade de ampliar a representação de diferentes experiências maternas no campo psicológico (Martins & Pereira, 2022; Gomes et al., 2021; Lima & Santos, 2020).

CONCLUSÃO

A revisão evidencia que, na Psicologia contemporânea, a maternidade tem sido compreendida de modo plural e relacional, em diálogo com transformações sociais e culturais mais amplas. As produções recentes reforçam o afastamento de perspectivas biologizantes e o reconhecimento da maternidade como fenômeno subjetivo e socialmente situado.

O estudo contribui ao oferecer um panorama atualizado das tendências teóricas e lacunas existentes, indicando caminhos para futuras investigações sobre maternidade, subjetividade e cuidado na atualidade.

DESCRITORES: Maternidade; Psicologia; Revisão integrativa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Benevides, R. F. C., & Boris, G. D. J. (2020). *A experiência vivida de mulheres na conjugalidade contemporânea: uma perspectiva fenomenológico-existencial*. Phenomenological Studies: Revista da Abordagem Gestáltica, **26**(1), 13–25. <https://doi.org/10.18065/RAG.2020v26n1.2>

Creswell, J. Revisão da literatura. In: Creswell, J. (2010) Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª Ed. Editora: SAGE.

Chemello, M. R., Levandowski, D. C., & Donelli, T. M. S. (2017). Ansiedade materna e maternidade: Revisão crítica da literatura. *Interação em Psicologia*, **21**(1), 78–89. <https://doi.org/10.5380/psi.v21i1.46153>

Pimenta, F. M., & Serralha, C. A. (2023). *A experiência de maternidade na perspectiva das mulheres: uma revisão integrativa de literatura*. Psicologia Clínica, **35**(2), 341–358. <https://doi.org/10.33208/pc1980-5438v0035n02a06>

Souza, M. T., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, **8**(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

Teixeira, Visitin & Vaisberg (2019). Imaginário de profissionais de saúde sobre mães de bebês disponíveis para serem adotados. In: *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p.1194-1212, Dez.

Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: Updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, **52**(5), 546–553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>

DIREITO PENAL E O COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO ESCRAVO EM CIDADES DO INTERIOR DO BRASIL

Rosimar Alves Barbosa de Oliveira

Estudante do curso de Bacharel em Direito do Centro Universitário de Paulínia – UNIFACP.

Karime Buchedid Esteves

Professora Orientadora do Centro Universitário de Paulínia – UNIFACP.

O presente artigo visa analisar o papel do Direito Penal, no combate ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo em cidades do interior do Brasil. A pesquisa aborda a estrutura jurídica nacional, incluindo o artigo 149 do Código Penal e a Lei nº 13.344/2016, bem como os desafios enfrentados na aplicação dessas normas, especialmente em áreas de difícil acesso e fiscalização. Os resultados apontam que, embora o Direito Penal seja uma ferramenta essencial na punição dos responsáveis, sua eficácia é limitada sem políticas públicas complementares, como o fortalecimento da fiscalização, campanhas de conscientização e ações de inclusão social.

Palavras Chave: Direito Penal; tráfico de pessoas; trabalho escravo; fiscalização; direitos humanos.

INFLUÊNCIA DA IMPRENSA NO JULGAMENTO DE CRIMES PELA OPINIÃO PÚBLICA E PELO PODER JUDICIÁRIO

Acadêmica :Thais Firmino Silva

Professor Orientador: Roberto José Daher

Acadêmica do curso de Bacharel em Direito. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP. Tipo de auxílio: Tipo II - PIC Voluntário

Professor e Orientador do PIC / UNIFACP: Roberto José Daher

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1986), Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Paulista (2005) e especialista em Polícia Judiciária e Sistema de Justiça Criminal pela Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra" (2013).

INTRODUÇÃO :

A influência da mídia no sistema de justiça brasileiro é um tema de extrema relevância, onde a cobertura jornalística intensa e a espetacularização de crimes frequentemente levam à antecipação de juízos de valor e à grave violação do princípio constitucional da presunção de inocência (CF, art. 5º, LVII). Este trabalho concentra-se em analisar o delicado equilíbrio entre a liberdade de expressão (CF, art. 5º, IX) e o direito a um processo justo, demonstrando como informações sensacionalistas podem corroer a integridade das decisões judiciais, especialmente no Tribunal do Júri.

OBJETIVO:

O estudo objetiva analisar como a cobertura jornalística interfere no equilíbrio processual pela criminalização antecipada, disseminação de *fake news* ou violação de direitos fundamentais, como a presunção de inocência. Busca-se discutir os limites éticos e legais da mídia, destacando mecanismos jurídicos, como a aplicação do princípio da proporcionalidade, para coibir abusos e o sensacionalismo.

Por fim, visa-se refletir sobre o desafio de conciliar a liberdade de expressão com a justiça e a imparcialidade do Judiciário.

MATERIAL E MÉTODO:

Foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental com foco em direito constitucional, processual penal e criminologia crítica. A análise incluiu a revisão da legislação brasileira (CF/88, CP, Lei de Imprensa, Pacote Anticrime), o estudo de teorias de comunicação (agenda-setting, framing) e criminologia ("direito penal do inimigo"), e a análise de casos emblemáticos (Daniella Perez, Suzane von Richthofen, Eloá, Escola Base, Nardoni e Lava Jato) para identificar padrões de interferência e pré-julgamento midiático.

RESULTADOS:

A mídia demonstrou frequentemente atuar como um "tribunal midiático", substituindo o devido processo legal. A Presunção de Inocência é violada quando a mídia trata acusados como culpados antes do trânsito em julgado, como evidenciado nos casos Nardoni e Lava Jato, onde a cobertura seletiva desequilibrou o processo legal. O Tribunal do Júri é particularmente vulnerável, pois jurados leigos são suscetíveis às narrativas emocionais e sensacionalistas, formando opinião prévia com base em informações midiáticas. Foram identificados ilícitos midiáticos recorrentes, como Calúnia (CP, art. 138), Difamação (CP, art. 139), Injúria (CP, art. 140) e Quebra de Sigilo. A prática do lawfare, potencializada pela imprensa, foi observada na Lava Jato. A interferência gera Efeitos Perversos, como condenações prematuras, contaminação probatória na investigação policial e a criação de "penas paralelas" que dificultam a ressocialização do apenado.

CONCLUSÃO :

O sensacionalismo midiático tensiona a liberdade de imprensa e o direito a um julgamento imparcial, sendo que a solução exige o equilíbrio entre esses valores constitucionais. Isso requer a aplicação

do princípio da proporcionalidade, a regulamentação ética e legal da cobertura jornalística (coibindo o sensacionalismo e o pré-julgamento) e o fortalecimento do controle judicial sobre abusos. Além disso, são essenciais ações para orientar e isolar jurados do Tribunal do Júri, garantindo que o veredito se baseie unicamente nas provas dos autos e preserve sua imparcialidade

PALAVRAS CHAVES: Imprensa; Tribunal do Júri, Presunção de Inocência; Liberdade de Expressão; Responsabilidade Civil; Sensacionalismo; Influência Midiática.

ANÁLISE EVOLUTIVA DOS CRIMES CIBERNÉTICOS E A LEGISLAÇÃO PENAL BRASILEIRA

Vilma Maria Marcelli*

Roberto José Daher**

*Acadêmica do Curso de Bacharel em Direito. Bolsista do Programa de Iniciação Científica – PIC / UNIFACP.

** Mestre, Professor e Orientador do PIC / UNIFACP.

INTRODUÇÃO: O presente estudo explana sobre o surgimento de novos delitos em decorrência do uso da internet, bem como a necessidade do Direito em acompanhar as mudanças advindas da evolução tecnológica. Frente a isto, os crimes digitais foram abordados no contexto da influência da informática no Direito Penal e da necessidade de adaptação do direito à nova realidade tecnológica da sociedade contemporânea. A análise sobre a sociedade contemporânea e o impacto da tecnologia da informação é bastante pertinente. De fato, a internet revolucionou a maneira como nos comunicamos, trabalhamos e vivemos, mas este fenômeno também suscita diversas questões jurídicas, que são fundamentais para a regulação e proteção dos direitos dos usuários e da sociedade como um todo. A promulgação da Lei 12.965/14, também conhecida como o “Marco Civil da Internet” no Brasil, foi um passo significativo para o reconhecimento e a tipificação de crimes cibernéticos. No entanto, a luta contra os crimes na internet vai além da mera tipificação penal e enfrenta vários desafios intrínsecos à natureza desses delitos, como a natureza transnacional, a velocidade de execução, a dificuldade na produção de provas, os bens jurídicos atingidos e a necessidade de peritos capacitados. A legislação, com a Lei 12.737/12, foi um esforço para tipificar e combater crimes cibernéticos, mas a eficácia dessa legislação enfrenta desafios, pois há uma necessidade de atualização contínua para acompanhar a rápida evolução tecnológica e as novas formas de criminalidade que surgem e, a impunidade é um dos aspectos mais preocupantes, pois muitas vítimas não denunciam os crimes, seja por falta de fé no sistema judicial, medo de represálias, ou insuficiência de evidências. Isso solicita um fortalecimento do sistema de justiça criminal para garantir que os responsáveis sejam processados e punidos.

OBJETIVO: Analisar a evolução do Direito brasileiro no tratamento das condutas delitivas frente aos crimes cibernéticos e o tratamento que o Judiciário realiza nesse contexto. No contexto do ciberespaço, foram discutidas as fraudes virtuais, crime instituto que figura entre os mais impactantes no ambiente digital.

MÉTODO: A metodologia adotada para o presente trabalho caracterizou-se por ser bibliográfica por meio de uma leitura teórica e metodológica em obras dos autores Cassanti (2014), D'Urso (2017), Soares (2022), dentre outros, para que o tema indicado pudesse ser contextualizado.

RESULTADOS: No que tange aos crimes cibernéticos, foi observado que o panorama legal atual, apesar dos avanços, ainda enfrenta dificuldades em face da rápida evolução tecnológica e da natureza transacional do ciberespaço. A sensação de impunidade, frequentemente acentuada pela dificuldade de rastrear e responsabilizar os criminosos, ressalta a urgência de se investir em métodos de investigação mais eficazes e em colaborações internacionais para combater essas práticas.

Em síntese, a questão dos crimes cibernéticos e da desinformação no Brasil é um campo em constante evolução que requer uma atenção especial do Direito. A interação entre tecnologia, sociedade e legislação deve ser harmonizada de modo a garantir uma internet segura, justa e livre para todos os seus usuários. A busca por esse equilíbrio, como demonstrado, é uma jornada contínua e essencial no cenário atual.

CONCLUSÃO: Ao longo das discussões e análises, destaca-se a necessidade essencial de adaptar a legislação brasileira às demandas atuais que surgem na era digital. A propagação de informações, especialmente em um contexto globalizado e hiperconectado, traz não só oportunidades, mas também desafios significativos, particularmente no que diz respeito à disseminação de *fake news* e à ocorrência de crimes virtuais. A tensão entre proteger a sociedade dos riscos da desinformação e preservar direitos fundamentais, como a privacidade e a liberdade de expressão, ilustra a complexidade envolvida na tarefa de legislar em um campo tão dinâmico quanto o digital.

DESCRITORES: Crimes cibernéticos. Internet. Ambiente virtual. Meios eletrônicos.

PREVALÊNCIA DE DISLIPIDEMIA EM PACIENTES COM SÍNDROME CORONARIANA AGUDA

Vinícius Andrade do Nascimento – Acadêmico do Curso de Enfermagem da UNIFACP. Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIC / UNIFACP.

Prof. Dr. Cristiano Jose Mendes Pinto – Orientador e Docente Curso de Enfermagem da UNIFACP.

INTRODUÇÃO: A dislipidemia é uma condição clínica caracterizada por alterações nos níveis lipídicos no sangue, principalmente colesterol e triglicerídeos (Brasil, 2019). Estudos recentes reforçam a relação entre a dislipidemia e o risco elevado de doenças cardiovasculares, incluindo a síndrome coronariana aguda (SCA). Um estudo publicado em 2024 (Abera et al., 2024) analisou a prevalência de anormalidades lipídicas em indivíduos com riscos cardiovasculares, e revelou que 80,3% dos participantes tinham anormalidade lipídica. Penalva et al. (2008) observaram em estudo com 107 pacientes com SCA que 88% tinham doença arterial coronariana (DAC), e a dislipidemia foi marcador de gravidade de DAC em relação ao número de vasos comprometidos, demonstrando que perfil lipídico pode ser um determinante de gravidade nestes pacientes. Portanto, compreender a prevalência de dislipidemia em pacientes com SCA é fundamental para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção, diagnóstico e tratamento, com objetivo de reduzir o impacto de doenças cardiovasculares. **OBJETIVO:** Analisar a prevalência de dislipidemia em pacientes diagnosticados com SCA, internados em uma unidade de terapia intensiva e semi-intensiva, de um hospital privado da região metropolitana de Campinas-SP. **MÉTODO:** Estudo retrospectivo, transversal e observacional. A população do estudo corresponde a todos os pacientes diagnosticados com SCA, admitidos em uma unidade de terapia intensiva e semi-intensiva, de um hospital privado da região metropolitana de Campinas-SP no ano de 2024. A amostra será composta por **todos** os pacientes admitidos com CID-10 correspondente às síndromes coronarianas agudas, englobando os seguintes CIDs: I20 – angina pectoris; I20.0 – Angina instável; I21 – IAM; I22 – infarto do miocárdio recorrente; I23 – algumas complicações atuais subsequentes ao infarto agudo do miocárdio e I24 – doenças isquêmicas agudas do coração. Os critérios de inclusão serão: pacientes adultos (≥ 18 anos) admitidos nas unidades envolvidas na pesquisa, com diagnóstico de síndrome coronariana aguda, no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, e que tenham nos prontuários resultados dos exames laboratoriais de Colesterol Total, HDL Colesterol, LDL Colesterol e Triglicerídeos nos dois primeiros dias de internação. Critérios de Exclusão: Pacientes que não tenham nos prontuários resultados dos exames laboratoriais nos dois primeiros dias de internação. A coleta de dados será realizada usando um computador do próprio hospital, com auxílio de profissional do local, para a análise dos prontuários eletrônicos dos pacientes utilizando o sistema TASY HTML. Os dados serão tabulados em planilhas do software Excel®, e as análises estatísticas serão realizadas com o software SPSS®. A pesquisa não usa termo de consentimento livre e esclarecido, pois para a coleta de dados será feita a análise dos prontuários eletrônicos dos pacientes e o resultado dos exames laboratoriais, portanto, não haverá contato com os participantes do estudo. Todos os dados serão anonimizados, armazenados em arquivo e ambiente seguro, com senha, e acessíveis apenas à equipe de pesquisa, em conformidade com a Lei de Proteção de Dados (LGPD), sendo garantido o anonimato da instituição de saúde e dos participantes da pesquisa, e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFACP, parecer 7831712. **CONCLUSÃO:** A previsão de conclusão da coleta de dados em 30 dias não foi possível, esta etapa foi iniciada em novembro de 2025, e está prevista para terminar em janeiro de 2026. Houve um imprevisto no processamento dos dados, o sistema apresentou dificuldade para a seleção dos pacientes com o CID-10 correspondente às síndromes coronarianas agudas, o que exigiu novas estratégias de busca nos arquivos para alcance da amostra esperada.

Descritores: Dislipidemias; Infarto; Síndromes coronarianas agudas; Unidades de Terapia Intensiva.

Referências:

- . ABERA, A.; WOREDE, A.; HIRIGO, A. T.; et al. Dislipidemia e fatores associados entre pacientes cardíacos adultos: um estudo transversal comparativo de base hospitalar. **European Journal of Medical Research**, [s.l.], v. 29, n. 237, 2024.
- . BRASIL. Ministério da Saúde. **Dislipidemia: prevenção de eventos cardiovasculares e pancreatite**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/resumidos/pcdt_resumido_dislipidemia.pdf.
- . PENALVA, R.A. et al. Perfil lipídico e intensidade de doença aterosclerótica na síndrome coronariana aguda. **Arq Bras Cardiol**, v. 90, n. 1, p. 24–30, 2008.